

DOI: <https://doi.org/10.23925/ddem.v.1.n.7.59918>

Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DIREITOS HUMANOS E SUAS INTERFACES SOCIAIS: ANÁLISE DE REGISTROS IMAGÉTICOS A PARTIR DE ATORES MARGINALIZADOS

HUMAN RIGHTS AND THEIR SOCIAL INTERFACES: ANALYSIS OF IMAGE RECORDS FROM MARGINALIZED ACTORS

Bruno Gomes Pereira¹
Thiago Luiz Sartori²

A hora era de muito sol - o povo caçava jeito de ficarem debaixo da sombra das árvores de cedro. O carro lembrava um canoão no seco, navio. A gente olhava: nas reluzências do ar, parecia que ele estava torto, que nas pontas se empinava. O borco bojudo do telhadinho dele alumiava em preto. Parecia coisa de invento de muita distância, sem piedade nenhuma, e que a gente não pudesse imaginar direito nem se acostumar de ver, e não sendo de ninguém.

¹ Graduado em Letras - Língua Portuguesa e Literatura Luso-Brasileira pela Universidade do Estado do Pará (UEPA), em Letras - Língua Espanhola e Língua Inglesa e suas Respectivas Literaturas pelo Instituto Brasil de Ensino (IBRA) e em Pedagogia pela Universidade Ceuma (UNICEUMA). Especialista em Linguística Aplicada pela Faculdade de Tecnologia Antônio Propício de Aguiar Franco (FAPAF), em Comunicação e Semiótica Francesa pela Faculdade Souza (FASOUZA) e em Gestão de Pessoas pela Universidade Anhanguera (UNIDERP). Mestre e Doutor em Letras: Ensino de Língua e Literatura (com ênfase em Estudos Linguísticos) pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Investiga processos de constituição, produção e representação da escrita acadêmica convencional e reflexiva em cursos de bacharelado e licenciatura. Atua nas áreas de Teoria do Texto e Análise Linguística em interface com os Estudos do Letramento Acadêmico pelo viés da Linguística Aplicada (LA). Além de artigos científicos publicados em português, inglês, espanhol, italiano e francês, é membro de Conselhos Editoriais de revistas acadêmicas e livros científicos no Brasil e no mundo. Tem interesse, também, em pesquisas sobre Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), Linguística Textual (LT), Análise Crítica do Discurso (ACD), Metodologias Ativas (MA) e Semiótica Francesa (SF) como ferramentas teórico-metodológicas para tratamento de dados em LA. Membro da Associação Latino-Americana de Linguística Sistêmico-Funcional (ALSFAL) e da Academia de Letras do Sul e Sudeste do Pará (ALERPRE). Tem dezenas de livros lançados sobre ensino de língua materna, discurso midiático e formação de professores e centenas de artigos publicados em cinco diferentes idiomas na América Latina, América do Norte, Europa e Ásia. Docente da Universidade Anhanguera de São Paulo (UNIAN) e do Centro Universitário Anhanguera Pitágoras Ampli (UniA), Santo André (SP). Orientador do Instituto de Pesquisa e Educação Continuada da Universidade de São Paulo (Peccege/Esalq/USP). Bolsista Produtividade da Fundação Nacional de Desenvolvimento de Ensino Superior Particular (FUNADESP). Editor Especial Convidado da revista "International Journal of Language and Linguistics" do Science Publishing Group, de Nova York (EUA). brunogomespereira_30@hotmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-4083-3210>.

² Doutorando em Mudança Social e Participação Política pela Universidade de São Paulo - USP. Mestre em Educação: Política e gestão da educação, pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul - (2020). Professor do curso de Direito da Universidade Anhanguera Educacional. Analista Jurídico do Ministério Público do Estacado de São Paulo, com atribuição na Procuradoria de Justiça Criminal. Membro Associado da Anpae - Associação Nacional de Política e Administração da Educação. Membro Associado da Anped - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Membro do GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação da ANPED Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Membro Associado do Instituto Nacional de Pesquisa e Promoção de Direitos Humanos - INPPDH. Membro Associado do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais - IBCCRIM. Palestrante do Departamento de Cultura e Eventos da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção - São Paulo. Professor/coordenador convidado da Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção - São Paulo. Atualmente, dedica-se a pesquisas na área de Direitos Humanos, educação, gênero, sexualidade e políticas públicas. tlsartori@hotmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-8295-0661>.

Para onde ia, no levar as mulheres, era para um lugar chamado Barbacena, longe. Para o pobre, os lugares são mais longe.

Guimarães Rosa, 1962

RESUMO

Os Direitos Humanos (DH) se constituem como fértil campo de discussões em zonas fronteiriças de todos os saberes científicos. Partindo desse pressuposto, este artigo tem como objetivo analisar registros imagéticos de atores sociais vistos como marginalizados perante uma estrutura relacional à luz dos DH. A Fundamentação Teórica está alojada no campo interdisciplinar dos DH, especialmente no que se refere à interface entre a Semiótica Francesa e a Sociologia das Relações. Tais vertentes teóricas, por sua vez, reverberam direcionamentos jurídicos e ideológicos, com o intuito de mapear a postura do Estado diante da periferização analisada neste trabalho. A metodologia é do tipo documental, uma vez que analisamos imagens extraídas do livro “Holocausto Brasileiro”, de Daniela Arbex, obra esta vista aqui como documento. Já a abordagem é de natureza qualitativa, pois os sentidos gerados a partir dos dados obedecem a critérios intersubjetivos, que simbolizam o olhar sensível dos pesquisadores frente às situações de mazelas semiotizadas no *corpus*. A pesquisa revela situações em que elementos básicos de sobrevivência são omitos da vida dos atores sociais retratados nas imagens. Para os DH, trata-se de uma medida veementemente violenta no que compete ao ato de usurpação do bem-viver social, oferecido como condição mínima de dignidade humana.

Palavras-Chave: Dignidade; Direitos Humanos; Estado de Direito; Grupos Marginalizados; Ideologia; Segregação Social.

ABSTRACT

Human Rights (HR) constitute a fertile field of discussions in border areas of all scientific knowledge. Based on this assumption, this article aims to analyze imagery records of social actors seen as marginalized in the face of a relational structure in the light of HR. The Theoretical Foundation is housed in the interdisciplinary field of HR, especially about the interface between French Semiotics and the Sociology of Relations. Such theoretical strands, in turn, reverberate legal and ideological directions, with the aim of mapping the State's posture in the face of peripheralization analyzed in this work. The methodology is documental, since we analyze images extracted from the book “Holocausto Brasileiro”, by Daniela Arbex, a work seen here as a document. The approach is qualitative in nature, as the meanings generated from the data obey intersubjective criteria, which symbolize the sensitive look of researchers in the face of situations of semiotic problems in the corpus. The research reveals situations in which basic elements of survival are omitted from the lives of the social actors portrayed in the images. For HR, it is a vehemently violent measure in terms of the act of usurpation of social well-being, offered as a minimum condition of human dignity.

Keywords: Dignity; Human Rights; Rule of Law; Marginalized Groups; Ideology; Social Segregation.

INTRODUÇÃO

No bojo da atual conjuntura social, em que as práticas de interação entre as pessoas tornam-se cada vez mais efêmeras, a educação passa a ser vista como algo transitório, dada as suas características fluidas (BAUMAN, 2008, p. 21; BAUMAN, 2004, p. 43). Nesse sentido, pensar os direitos do homem requer uma astúcia temporal e espacial, haja vista a maneira inconstante com a qual se redesenha diariamente.

O termo educação, supramencionado, não propõe uma visão socialmente escolarizada. Trata-se do ato de educar seu sentido mais complexo, o que, no entorno de uma era planetária, agrega concepção de respeito, alteridade e empatia. Em outras palavras, o teor capitalista no qual estamos imersos nos faz entender que a educação moral, a qual fazemos referência, é limitadamente restrita às condições de (des) amparo financeiro em que o homem se encontra (MORIN, 2011, p. 19; MORIN, 2005, p. 39; MORIN; CIURANA; MOTTA, 2003, p. 50).

A epígrafe deste artigo, extraída do conto *Primeiras Estórias*, de Guimarães Rosa, nos convida a pensar sobre o desprestígio social sofrido por pessoas economicamente desfavorecidas. No fragmento, há uma descrição objetiva do cenário, de maneira a nos remeter a sensações imagético-sinestésicas do ambiente contido na estrutura fabular. Isso nos parece pertinente às discussões travadas nesse trabalho, partindo do princípio de que essas disjunções e assimetrias sociais passam a ser pano de fundo do nosso objeto de pesquisa.

Diante da indiferença que o Estado parece nutrir em relação às classes mais desvalorizadas pelo sistema capitalista, tal como consta na epígrafe, os Direitos Humanos (DH) têm se tornado cada vez mais essenciais nas discussões acadêmico-científicas. Isso porque seu olhar sensível torna-se basilar às análises comportamentais e jurídicas do homem e do Estado.

A partir desse pressuposto, este artigo tem como objetivo analisar registros imagéticos de atores sociais vistos como marginalizados perante uma estrutura relacional à luz dos DH. Isso, por sua vez, apresenta-se como fundamental ao entendimento das relações de poder³ estabelecidas pelo homem e semiotizadas pelas autoridades competentes.

Ao tomar o objetivo acima como ponto de partida, partimos do seguinte problema de pesquisa: *O que revelam registros imagéticos de atores sociais vistos como marginalizados perante uma estrutura relacional à luz dos DH?*

³ Entendemos o termo “poder” a partir das colaborações de Bourdieu (1989, p. 90), quando questiona as estruturas sociais, as quais institucionalizam arquétipos de soberania capazes de operar no nível simbólico de maneira cristalizada.

Para responder a esta problemática de pesquisa, optamos por uma Fundamentação Teórica interdisciplinar⁴ com foco na relação estabelecida entre DH (SARTORI, 2021, p. 32; RAMOS, 2015, p. 09; COMPARATO, 2008, p. 43; CANÇADO, 1993; p. 56), Semiótica Francesa (PEREIRA, 2022, p. 33; BLOMMAERT, 2014, p. 12; BERTRAND, 2003, p. 22; LANDOWSKI, 1981, p. 84) e a Sociologia das Relações (LATOURE, 2012, p. 35; LATOURE, 2004, p. 56; LATOURE, 2000, p. 84). Tais vertentes teóricas, por sua vez, reverberam direcionamentos jurídicos e ideológicos, com o intuito de mapear a postura do Estado diante da periferização analisada neste trabalho.

A metodologia é do tipo documental, uma vez que analisamos imagens extraídas do livro “Holocausto Brasileiro”, de Daniela Arbex, obra esta vista aqui como documento, pois semiotiza práticas de desrespeito aos DH dentro de um recorte de tempo e espaço. Já a abordagem é de natureza qualitativa, pois os sentidos gerados a partir dos dados obedecem a critérios intersubjetivos, que simbolizam o olhar sensível dos pesquisadores frente às situações de mazelas semiotizadas no *corpus*, algo muito comum no campo das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (PEREIRA; ANGELOCCI, 2021, p. 50; LAKATOS; MARCONI, 2013, p. 45; SÁ-SILVA *et al*, 2009; p. 51; BORTONI-RICARDO, 2008; p. 101).

A pesquisa revela situações em que elementos básicos de sobrevivência são omitidos da vida dos atores sociais retratados nas imagens. Para os DH, trata-se de uma medida veementemente violenta no que compete ao ato de usurpação do bem-viver social, oferecido como condição mínima de dignidade humana.

1. DIREITOS HUMANOS E CULTURA CONTEMPORÂNEA

Nesta seção, apresentamos alguns apontamentos teóricos acerca dos DH e suas interfaces com a ideia de cultura. Entendemos que isso seja primordial para a construção de sentidos dos dados coletados, partindo da premissa de que a ausência dos DH é identificada a partir da ideia de violação à cultura do indivíduo (MOREIRA; FURLAN, 2022, p. 45).

Estamos entendendo os DH como uma vertente dos estudos jurídico-filosóficos que versam sobre os aspectos de bem-viver social que o homem desenvolve a partir da sua relação com o meio. Em outras palavras, os DH são constituídos a partir de um sistema de normas que

⁴ A ideia de “interdisciplinaridade” que adotamos neste artigo converge com as colaborações de Fazenda (2008, p. 65), ao entender que os saberes humanos se comunicam de maneira complementar, o que garante um olhar mais complexo acerca dos objetos de pesquisa.

procuram garantir a distribuição dos direitos iguais a todo ser vivo, entre a educação, o saneamento básico e a vida com dignidade (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2009, p. 78; GUNTHER *et al*, 2022, p. 37).

No que compete à ideia de vida com dignidade, temos relação direta dos DH com os estudos jurídicos condenam todo tipo de escravidão. Para tanto, podemos estabelecer relação direta com os mecanismos sociais capitalistas que, uma vez focado na distribuição desigual de renda, acabam suprimindo tais direitos de parcela da população (SARTORI, 2021; p. 104; RAMOS, 2015, p. 32; COMPARATO, 2008; p. 43; CANÇADO, 1993; p. 59).

Entretanto, há de se levar em conta aqui o olhar cultural, visto que a violação dos DH consiste, diretamente, no desrespeito à cultura do cidadão. Para isso, optamos pela definição de cultura a partir dos estudos de Bakhtin (2006, p. 07; 2003, 45; 1984, p. 61), os quais entendem a cultura a partir do entrecruzamento de vozes advindas de diferentes momentos e domínios sociais.

Para tanto, o entendimento de cultura abrange aspectos de interação social, conjunto de hábitos, comportamentos e todo um arquétipo folclórico que abarca o condicionamento de vida do homem. A partir disso, a escolha por um determinado posicionamento social deve partir desses princípios (BAKHTIN, 2006, p. 45; BAKHTIN, 2003, p. 71; BAKHTIN, 1984, p. 85; MOREIRA; FURLAN, 2022, p. 54).

Os DH e a cultura se misturam e um parece sobreviver no outro. Em uma era dominada pela intolerância à diversidade cultural, garantir os direitos bases do cidadão requer uma predisposição à luta contra um sistema maior que, com olhar capitalista, gera uma demanda de desapego e de desrespeito (SARTORI, 2021, p. 25; RAMOS, 2015, p. 14; COMPARATO, 2008, p. 34; CANÇADO, 1993, p. 78).

2. ORGANIZAÇÃO SOCIAL E GRUPOS MARGINALIZADOS: UM OLHAR A PARTIR DOS DIREITOS HUMANOS

Nesta seção, apresentamos uma breve discussão acerca da percepção de marginalização presente nos estudos sociológicos. Isso, por sua vez, nos convida a pensar no papel dos DH enquanto posicionamento filosófico capaz de lutar com condições dignas de sobrevivências para pessoas que estão à margem do sistema capitalista.

A partir do olhar confluyente entre DH e cultura, já discutido na seção anterior, passemos agora a analisar estas relações a partir da concepção de marginalização a partir dos

estudos da Sociologia das Relações e da Semiótica Francesa. Estas correntes, por sua vez, passam a ter foco nos DH, o que lhes confere uma perspectiva jurídico-social.

No que se refere à Sociologia das Relações, nos interessamos mais de perto pelas discussões sobre atores sociais e segregação/reagregação social. Trata-se, portanto, de uma possibilidade comparativa entre as posições que o homem ocupa frente a um sistema social que o condiciona de alguma maneira (LATOURE, 2012, p. 22; LATOURE, 2004, p. 54; LATOURE, 2000, p. 44).

A noção conferida ao termo “atores sociais”, em detrimento de “sujeitos sociais”, encontra na própria atuação do homem enquanto ser pensante a partir das relações que estabelece com os demais. Nesse caso, entendendo que as projeções comportamentais do homem, ainda que sob um olhar periferizado, lhe confere o poder de direcionador das suas ações. Em outros termos, dizemos que este é ator, pois não revebera uma condição de assujeitamento frente às dissonâncias sociais (LATOURE, 2012, p. 33).

Ainda conforme a Sociologia das Relações, assumimos aqui a noção de “segregação” em contraposição à percepção de “reagregação” dos atos sociais. Para tanto, entendemos que o ato de segregar é algo condicionante do sistema capitalista, pois, ao mesmo tempo em que um determinado grupo usufrui da concentração de bens, outro grupo distancia-se dele, de maneira a gerar uma lacuna social entre ambos (LATOURE, 2012, p. 32; LATOURE, 2004, p. 54; LATOURE, 2000, p. 10).

Por outro lado, a “reagregação” social a que fazemos referência encontra nos DH uma possibilidade de efetivação. Isso, por sua vez, coaduna um olhar de abreviação das diferenças, de modo a garantir aquilo que se entende como mínimo à subsistência humana. Em via de regra, temos o direito à vida, o qual não se esgota apenas no ato de estar vivo, mas sobretudo ao fato de ter liberdade para viver com o básico que garanta o sustento e sua mobilização entre os domínios sociais (CANÇADO, 1993, p. 37).

No que compete à Semiótica Francesa, nos interessamos mais proximamente às noções de efeitos⁵ de sentido que um texto pode assumir dentro de um determinado domínio social. Para isso, os olhares semióticos são eficientes no que compete à construção de um feixe de significados estabelecidos na interface entre DH e a cultura na qual as relações humanas são

⁵ Estamos nos referindo ao chamado “percurso gerativo de sentidos”, amplamente problematizados nos estudos semióticos. Este percurso é constituído por três etapas, responsáveis pela compreensão do significado do texto desde sua interpretação mais simples a uma interpretação mais complexa e efetivamente abstrata. Não é nosso interesse neste artigo discorrer de maneira exaustiva acerca dos princípios semióticos. Para maiores informações, consultar os trabalhos de Pereira (2022, p. 22) e Bertrand (2003, p. 34).

viabilizadas (PEREIRA, 2022, p. 40; BLOMMAERT, 2014, p. 17; BERTRAND, 2003, p. 66; LANDOWSKI, 1981, p. 71).

O termo texto, de acordo com os estudos semióticos europeus, vai além das estruturas ditas verbalizadas. Nesse caso, consideramos como texto as ações sociais relatadas sincreticamente nas imagens que constituem o *corpus* de pesquisa. Para tanto, nos atemos aos desdobramentos de sentidos que podem ser estabelecidos a partir da relação entre o visual e o real (PEREIRA, 2022, p. 22; BERTRAND, 2003, p. 34; LANDOWSKI, 1981, p. 23).

Em suma, os DH e os estudos semióticos podem se complementar a partir da preocupação com a realidade. Em outras palavras, a semiótica nos auxilia no processo de construção de sentidos das imagens, de maneira nos oferecer condições de analisar as infringências do sistema capitalista-social em relação aos DH mais elementares à subsistência humana.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

Nesta seção, descrevemos o percurso metodológico desta pesquisa. Para isso, consideramos como pertinente aspectos estruturais do dados, bem como as medidas adotadas para tratamento e análise do *corpus* deste artigo.

As imagens que constituem os dados deste trabalho foram extraídas do livro *Holocausto Brasileiro*, de Daniela Arbex, em sua edição de 2013. Na obra, a autora relata o cotidiano de pessoas deixadas à margem socialmente, a partir da sua internação no *Colônia*, hospital psiquiátrico que teve seu funcionamento alojado no Brasil, nos anos de 1960. Milhares de pessoas morreram vítimas de maus tratos e total indiferença aos DH, tal como determina a Declaração Universal dos Direitos Humanos (2009, p. 15). Em seus relatos, Arbex (2013, p. 42) resgata fotos e descrições capazes de ressignificar identidades e promover um encontro entre aquilo que se espera de um ambiente possibilitador de saúde e o que de fato era feito.

Diante disso, podemos afirmar que o tipo de pesquisa adotado é de natureza documental, pois estamos entendendo o referido livro como *corpus* de investigação e as imagens dele retiradas, como dados de pesquisa. Isso porque retratam acontecimentos reais, os quais semiotizam claramente as infringências para com as orientações dos DH.

A pesquisa documental é caracterizada pela possibilidade de construir sentidos a partir de registros que significam um comportamento social dentro de um recorte de tempo e espaço. Nesse sentido, trata-se de uma perspectiva exploratória, visto que o ato de documentar está

associado à premissa de tentativa de armazenamento de uma memória pragmática (PEREIRA; ANGELOCCI, 2021, p. 45; SÁ-SILVA *et al*, 2009, p. 18).

Quanto à abordagem de pesquisa, podemos afirmar que se trata de um olhar qualitativo, visto que criamos critérios para seleção dos dados a partir do teor subjetivo das imagens. Isso, por sua vez, nos possibilita pensar a partir de nossas próprias vivências no que compete à violação dos DH mapeados.

Assim, estamos entendendo a abordagem qualitativa como aquela responsável por colaborar na formação de um olhar sensível ao que ocorre com o outro. Isso, por sua vez, agrega uma postura de reflexão, pois o tratamento científico ocorre a partir do teor indutivo lançado em direção aos dados (LAKATOS; MARCONI, 2013, p. 301; BORTONI-RICARDO, 2008, p. 118).

A abordagem qualitativa nos oportunizou criar alguns critérios para selecionar as imagens tratadas no bojo descritivo deste artigo. Para isso, procuramos criar critérios de seleção que pudessem dialogar diretamente com os DH a partir da representação imagética das figuras analisadas. Ao todo foram escolhidas três imagens extraídas do livro supramencionado, as quais denunciam alguma infringência dos DH naquele escopo de tempo.

O Quadro 1 sistematiza os dados analisados, bem como seus respectivos critérios. O esquema é constituído por três colunas, a saber: a) o número da figura; b) o título da figura; e c) os critérios de análise adotados no artigo.

Quadro 1: Dados e Critérios de Análise

Nº	Título	Critérios de Análise
Figura 1	Água de esgoto	Condições precárias de saneamento básico.
Figura 2	Religião como cura para loucura	Imposição da religião como princípio de cura.
Figura 3	Encarceramento e Segregação Social	Prisão como exclusão e segregação social.

Fonte: Dos Autores

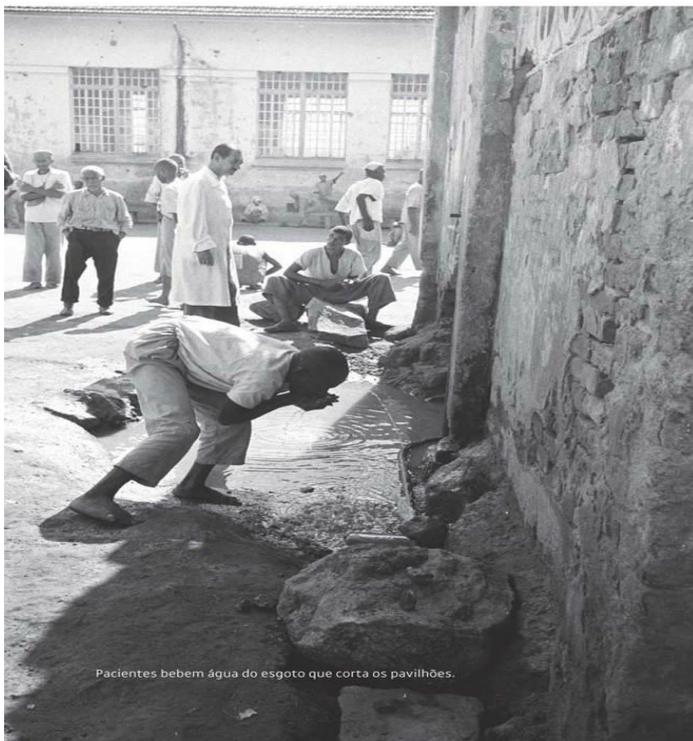
De acordo com o quadro acima, todas as figuras representam alguma infringência aos DH, tais como a falta de saneamento básico em suas condições mínimas, a falta de liberdade de escolha religiosa e o isolamento prisional como medida de segregação.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, apresentamos um percurso de análise a partir do tratamento científico conferido às imagens, as quais constituem os dados de pesquisa. Para isso, consideramos as diretrizes teóricas dos DH, que tentam assegurar um olhar de acolhimento do ator social deixado à margem nas ilustrações.

A Figura 1 é uma representação das condições de saneamento básico em que os pacientes do *Colônia* eram submetidos. Trata-se de uma fotografia da parte externa do hospital, com foco em uma espécie de área de lazer, em que as pessoas passavam horas em observação. O cheiro era demasiadamente desagradável, de maneira a remeter aos esgotos e valas sem nenhum cuidado com a higiene coletiva.

Figura 1: Água de esgoto



Fonte: Arbex (2013, p. 22)

Na figura acima, é possível notar a figura de um homem negro em posição envergada. Com as mãos levadas ao rosto, o movimento indica que o paciente se submete a beber a água dos esgotos do hospital na tentativa de saciar a sua sede. Ao chão, uma poça de água suja misturada a restos de comida e a fezes advindas de um mau sistema de encanamento. Ao fundo,

peças agem com naturalidade ao fato retratado na imagem. Isso, por sua vez, evidencia o teor de normalização do ato de infringência dos DH.

Do ponto de vista semiótico, há uma figurativização do homem pobre como elemento subalterno no sistema em que opera. Nesse caso, o fato de se submeter a uma situação vexatória confere ao paciente da imagem uma posição de marginalização e subserviência. Discursivamente, há uma disjunção de valores no que compete ao homem da imagem e aos demais, entendidos como privilegiados, por terem acesso à água encanada e às melhores condições de sobrevivência (BERTRAND, 2003, p. 34; LANDOWSKI, 1981, p. 65).

No bojo de suas discussões científicas, os DH tratam situações como essas como exemplos da falta de respeito para com o binômio humano “vida-dignidade”, partindo do princípio de que ao saneamento básico estão ligadas questões de saúde coletiva e qualidade de vida. Nesse sentido, a infringência desse direito confere às forças competentes total omissão e desamparo face ao fato observado (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 2009, p. 29; GUNTHER, 2022, p. 43).

A Figura 2 é uma representação das intervenções religiosas no contexto de convivência no *Colônia*. Trata-se de uma fotografia da parte externa do hospital, em que os pacientes eram conduzidos para momentos de adoração cristã. Nesse caso, há a recorrência latente de autoridades religiosas, as quais assumiam função precípua do discurso de catequização e imposição aos hábitos das pessoas que ali viviam. A aparência do local reforça o descompromisso com a qualidade de vida, bem como o desmazelo para com os cuidados de higiene.

Figura 2: Religião como cura para loucura

Fonte: Arbex (2013, p. 36)

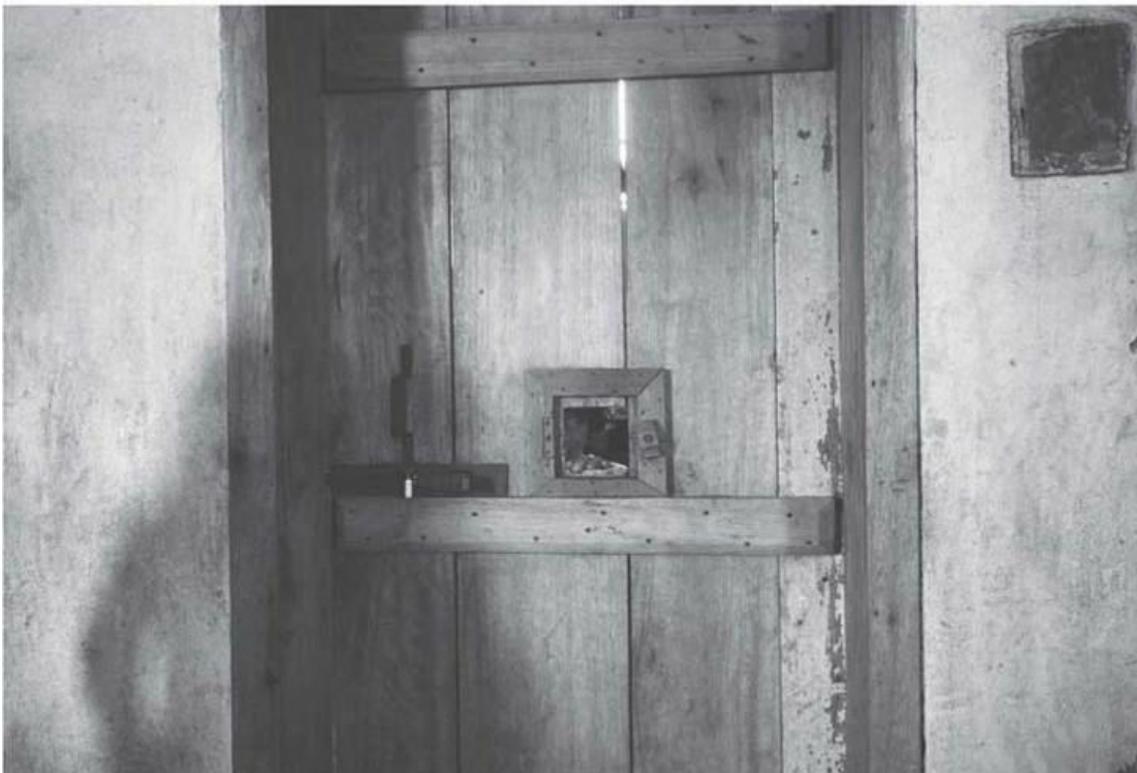
Na figura acima, é possível notar a figura de uma freira, bem no centro da fotografia. Ao seu lado, algumas pacientes do hospital psiquiátrico, as quais eram julgadas totalmente sem sanidade mental, representando um perigo ao bem viver social. O semblante da representante religiosa é de dominação em relação as demais mulheres que, aparentemente, parecem ter se acostumado com a ideia de represália religiosa.

Do ponto de vista semiótico, é possível identificar um pungente silenciamento dessas mulheres tratadas como loucas e sem domínio de si mesmas, uma vez que não tinham condições de resolução de seus próprios dilemas. Nesse caso, a falta de sanidade mental esvazia o aparente protagonismo da figura feminina, o que é reforçado pelo visível desleixo com suas vestes e com sua higiene pessoal (PEREIRA, 2022, p. 12; BLOMMAERT, 2014, p. 51).

Nesse caso, a infringência aos DH tem sua interface com a falta de liberdade de escolha de sua expressão religiosa. Trata-se, portanto, de um ato dominador que, além de ferir legalmente o bem-estar social, condiciona o homem a um papel de subserviência de um sistema verticalizado. Nesse caso, a convicção religiosa é vista como algo impróprio à condição mental das pacientes, as quais têm seus direitos infligidos de maneira veemente (SARTORI, 2021, p. 45; RAMOS, 2015, p. 45).

A Figura 3 é uma representação das salas de encarceramento adotadas pelas normas do *Colônia*. Trata-se de uma fotografia de uma das portas das celas, uma espécie de masmorra para os pacientes que, de alguma forma, se colocavam contra as regras do hospital. A imagem foi captada pela parte interna do hospital, por meio da qual é possível perceber nenhum cuidado com aspectos ligados à higiene e aos bons tratos.

Figura 3: Encarceramento e Segregação Social



Fonte: Arbex (2013, p. 50)

Na figura acima, é possível notar uma porta severamente trancafiada. Em sua arte superior, uma abertura quadrada que era utilizada como uma espécie de abertura para que o paciente pudesse ser vigiado enquanto estava segregado. Isso, por sua vez, reforça a ideia de presídio do hospital, com vistas a um tratamento condizente para com as pessoas que ali estavam internadas.

Semioticamente, há uma dissonância entre a ideia de saúde mental, devidamente esperada por um hospital, e a percepção de aplicação dos métodos terapêuticos de uma recuperação de um tratamento psiquiátrico. Nesse caso, o teor paradoxal reforça uma cultura de segregação, bem como de total desamparo daqueles que não tinham condições de se

autoavaliar (BLOMMAERT, 2014, p. 19; BERTRAND, 2003, p. 22; LANDOWSKI, 1981, p. 52).

Por fim, a liberdade de ir e vir é um princípio assegurado pelos DH. Evidentemente, ao violar essa diretriz, estamos nos referindo a uma postura ditadora do hospital, aqui como instrumento representativo dos próprios órgãos competentes que, muitas vezes, abusam do poder a que lhe foi conferido e privam o cidadão de usufruir daquilo que lhe é de direito (COMPARATO, 2008, p. 29; CANÇADO, 1993, p. 14).

CONCLUSÃO

Neste artigo, apresentamos uma leitura analítico-descritiva, a partir do viés semiótico, das imagens contidas no livro *Holocausto Brasileiro*, de Arbex (2013, p. 45). Tais análises evidenciaram total desrespeito aos DH mais essenciais à dignidade humana, tais como direito ao saneamento básico, direito à livre expressão religiosa e direito de ir e vir (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2009, p. 38).

Diante disso, vamos retornar à problemática de pesquisa evidenciada na Introdução deste trabalho, a qual faz o seguinte questionamento: *O que revelam registros imagéticos de atores sociais vistos como marginalizados perante uma estrutura relacional à luz dos DH?*

Entendemos que esta pergunta foi devidamente respondida no decorrer deste trabalho, especialmente na seção de análise das imagens retiradas do livro de Arbex (2013, p. 54) para tratamento científico. Dessa forma, enfatizamos que a resposta se deu de maneira processual, ao considerarmos que os componentes estruturais deste artigo agem concomitantemente na complexificação do objeto de investigação.

Os dados reforçam a ideia de total descaso aos DH a partir de um sistema capitalista segregador e totalmente embasado nas disjunções e assimetrias sociais como ferramentas para sua expansão. Assim, compreender que existem direitos comuns a todo ser vivo pode não ser o suficiente para que estes sejam devidamente aplicados. É necessário pensarmos em estratégias capazes de viabilizar condições mais favoráveis para a manutenção da vida humana e da preservação da dignidade de grupos marginalizados, segregados por uma cultura social construída por meio do distanciamento entre atores (SARTORI, 2021, p. 64; RAMOS, 2015, p. 13; COMPARATO, 2008, p. 29; CANÇADO, 1993, p. 21).

Por fim, esperamos que este trabalho possa se tornar convidativo aos demais pesquisadores no campo dos DH, pois, com as novas demandas sociais, os grupos deixados à

margem pelo sistema capitalista tendem a se intensificarem. Isso, por sua vez, assim como mostra a epígrafe deste artigo, torna a convivência social muito mais difícil para aquele segregado socialmente.

REFERÊNCIAS

- ARBEX, D. **Holocausto Brasileiro**. São Paulo: Geração Editorial, 2013.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo/SP: HUCITEC, 2006.
- BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo/SP: HUCITEC, 2003.
- BAKHTIN, M. **Problems of Dostoevsky's Poetics**. London: University of Minnesota Press, 1984.
- BAUMAN, Z. **Vida para o Consumo: A transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2008.
- BAUMAN, Z. **Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2004.
- BERTRAND, D. **Caminhos da Semiótica Literária**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- BLOMMAERT, J. Ideologias Linguísticas e Poder. In.: SILVA, D. N.; FERREIRA, D. M. M.; ALENCAR, C. N. (orgs). **Nova Pragmática: Modos de fazer**. São Paulo/SP: Cortez, 2014. p. 67-77.
- BORTONI-RICARDO, S. M. **O professor pesquisador: Introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Editora Bertrand Brasil, 1989.
- CANÇADO, A. A. **Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos: Volume II**. Porto Alegre: Sergio Fabris Editor, 1993.
- COMPARATO, F. K. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo, Saraiva, 2008.
- DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS**. Rio de Janeiro: UNIC, 2009 [1948]. Disponível em: < <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos> > Acesso em: 15 nov. 2022.
- FAZENDA, I. **Interdisciplinaridade -Transdisciplinaridade: Visões culturais e epistemológicas**. In.: FAZENDA, I (org). **O que é Interdisciplinaridade?** São Paulo: Editora Cortez, 2008. p. 17-28.
- GUIMARÃES ROSA, J. **Primeiras Estórias**. Rio de Janeiro (RJ): Nova Fronteira, 1962.

- GUNTHER, L. E. *et al.* O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana como Fundamento do Reconhecimento da Identidade Sexual como Direito de Personalidade: Análise da ADPF 527. **Revista Direitos Democráticos & Estado Moderno**, Faculdade de Direito da PUC-SP, v.2, n.5, p.37-50, Mai/Ago – 2022.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2013.
- LANDOWSKI, E. **Le Carré Sémiotique**, Actes Sémiotiques-Bulletin, IV, 17, 1981.
- LATOUR, B. **Reagregando o Social: Uma introdução à teoria do Ator-Rede**. Salvador/BA: EDUSC, 2012.
- LATOUR, B. **Como Fazer Ciência na Democracia**. Trad. de Carlos Aurélio Mota de Souza. Bauru, SP: Edusc, 2004.
- LATOUR, B. **Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- MOREIRA, G. S.; FURLAN, F. M. Pode a Intercultura superar o Multiculturalismo? **Revista Direitos Democráticos & Estado Moderno**, Faculdade de Direito da PUC-SP, v.3, n.6, p.45-61, Set/Dez – 2022.
- MORIN, E. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.
- MORIN, E. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- MORIN, E.; CIURANA, E. R.; MOTTA, R. D. **Educar na Era Planetária: O pensamento complexo como método de aprendizagem no erro e na incerteza humana**. São Paulo: Cortez Editora, 2003.
- PEREIRA, B. G. Semiótica Discursiva e Linguagem Televisiva: Efeitos de Sentidos em Textos Sincréticos. **Revista Acadêmica Digital**, v. 45, p. 1-11, 2022.
- PEREIRA, B. G.; ANGELOCCI, M. A. **Metodologia da Pesquisa**. Pará de Minas (MG): Editora VirtualBooks, 2021.
- RAMOS, A. de C. **Curso de Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva. 2015.
- SARTORI, T. L. Políticas Públicas, Educação para os Direitos Humanos e Diversidade Sexual. Práticas Educativas, Memórias e Oralidades. **Rev. Pemo**, v. 3, p. e335484, 2021.
- SÁ-SILVA, J. R. *et al.* Pesquisa Documental: Pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Ano I, n. I. 2009.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

Recebido – 16/11/2022

Aprovado – 15/04/2023